



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

SUGESTÃO Nº 111, DE 2017

Sugere à Comissão de Legislação Participativa a realização de um seminário para debater a “Sustentabilidade e Organização das Comunidades Tradicionais de Terreiro”.

Autor: Coletivo de Entidades Negras da Bahia – CEN–BA

Relatora: Deputada Erika Kokay

I – RELATÓRIO

Trata-se de Sugestão apresentada pelo Coletivo de Entidades Negras da Bahia – CEN – BA, com o objetivo de realizar um seminário para debater a “Sustentabilidade e Organização das Comunidades Tradicionais de Terreiro”.

Conforme a declaração prestada pela Secretaria desta Comissão, foram plenamente atendidos os requisitos formais previstos no Regulamento Interno da Comissão de Legislação Participativa.

É o relatório.

II – VOTO DA RELATORA

Estamos de acordo com a realização do seminário “sustentabilidade e organização das Comunidades Tradicionais de Terreiro”, conforme sugerido pelo Coletivo de Entidades Negras da Bahia – CEN–BA.



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

A realização desse Seminário nos possibilitará maior compreensão sobre as várias tradições trazidas pelos negros e negras, inclusive a do respeito à natureza como condição fundamental para o equilíbrio pessoa humana-espírito e esse equilíbrio sendo a única possibilidade de sobrevivência da espécie humana. Os cultos à natureza e à ancestralidade conservam, em sua essência, além da liturgia, uma cultura significativa baseada em proteção, conservação e manutenção da natureza. Essa mesma cultura, aliada aos saberes indígenas, compõe um conjunto de práticas, valores e saberes que se instituíram nos terreiros, como forma de resistir aos modos de vida dos colonizadores, legados dos contextos escravistas.

Os Povos Tradicionais de Religiões de Matriz Africana são parte indissociável do patrimônio histórico e cultural brasileiro e simbolizam o movimento de resistência, superação e solidariedade com o que se tem de mais sublime em nossa história, onde o terreiro sempre foi visto como um pilar de sustentação da dignidade humana, vinculado ao processo de sustentabilidade, autoestima e empoderamento.

O culto à ancestralidade é a reinvenção de alguns dos mais significativos valores africanos no Brasil, podendo ser encontrado na culinária, na música, na língua, no processo e cuidado com o cultivo da terra, além da cosmo percepção da energia que movimenta o mundo.

A primeira Comunidade de Terreiro de que se tem notícia no Brasil surgiu há mais de 200 anos na Barroquinha, em Salvador, Bahia. Estima-se que existam hoje mais de 20 mil Terreiros em todo o país. Essas comunidades também são conhecidas, genericamente, como Candomblé, Batuque, Xangô, Tambor de Minas, Omolocô, Xapanã, Catimbó, Toré, Pajelança, Xambá, Casa de Umbanda, Quimbanda, Jurema, Candomblé de Caboclo, dentre outras denominações.



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

São características desses Povos a organização e a liderança religiosa matriarcal; o respeito à tradição e aos bens naturais; o uso do espaço para a reprodução física, social, econômica e cultural da coletividade; os costumes africanos e afro-brasileiros; a utilização de línguas indígenas, bantu, yorubá, fon e a aplicação de saberes, transmitidos pela tradição e pela oralidade.

Atualmente, essas comunidades encontram-se em condições de vulnerabilidade pela violência e pela falta de oportunidades ocasionadas pelo preconceito, e têm suas atividades e possibilidades de sustentabilidade ameaçadas por manifestações de racismo e intolerâncias correlatas. Por outro lado, os Povos Tradicionais de Matriz Africana têm sido ativistas constantes no sentido de assegurar o respeito aos direitos econômicos, sociais e culturais, assim como a exigir do Estado estratégias e ações eficazes que atuem nas variáveis determinantes nos indicadores, de modo a construir de fato uma cidadania assegurada a todos e a todas de acordo com as normas constitucionais, pois como espaço de convivência e socialização, elas herdaram da ancestralidade africana a força, a energia, a garra e o comprometimento de preservar o patrimônio material e imaterial das tradições afro-brasileiras.

A relevância deste seminário centra-se na promoção de atividades que reforcem atitudes positivas, tanto de indivíduos quanto de organizações sociais, de colaboração e solidariedade que levem ao conhecimento e valorização da pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro e ao fortalecimento do protagonismo das Comunidades Tradicionais de Terreiro e dos Povos de Matriz Africana, na desconstrução de qualquer posição discriminatória baseada em diferenças culturais, de classe, crença, sexo, etnia, considerando, entre outros, que esses Povos são um dos guardiões dos biomas e do patrimônio biológico e cultural do nosso país.



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Nesse contexto, a presente sugestão proporcionará um encontro de pessoas preocupadas com as questões em comento, visando buscar soluções a curto, médio e longo prazo. As ações previstas reconhecem a contribuição de personalidades em prol das Comunidades em epígrafe, refletindo sobre alternativas organizacionais e de sustentabilidade para a salvaguarda desses segmentos no contexto político e econômico em que vivemos.

Ante o exposto, entendemos que o seminário representará uma oportunidade ímpar para os Povos Tradicionais de Terreiro debaterem a sustentabilidade e as formas de organização, razão pela qual somos pela aprovação da Sugestão nº 111, de 2017, com o requerimento anexado.

Sala da Comissão, em ____ de _____ de 2018.

Deputada **ERIKA KOKAY**
Relatora



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2018

(Da Sra. Erika Kokay)

Requer, nos termos regimentais, a realização de um seminário para debater a “sustentabilidade e organização das Comunidades Tradicionais de Terreiro e dos Povos de Matriz Africana”

Senhora Presidenta,

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de um seminário para debater a “sustentabilidade e organização das Comunidades Tradicionais de Terreiro e dos Povos de Matriz Africana”, acatando a Sugestão Nº 111 de 2017, do Coletivo de Entidades Negras da Bahia – CEN-BA.

JUSTIFICAÇÃO

A sustentabilidade dos Povos de Matriz Africana e das Comunidades Tradicionais de Terreiros está relacionada à necessidade de uma intervenção integradora de caráter multissetorial, que promovendo a geração de trabalho e renda, incentiva o desenvolvimento da economia criativa, fundamentada na pluralidade da cultura brasileira e do fortalecimento do protagonismo das comunidades de terreiro, além do combate à discriminação baseada em diferenças culturais de crença e etnia.

Num país tão diverso em sua composição étnica, racial e cultural, é um grande desafio assegurar direitos para promoção do bem-estar social da população, sobretudo dos Povos de Matriz Africana e Comunidades



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Tradicionais de Terreiro, considerando sua cultura e religiosidade peculiar e o fato desses Povos serem um dos guardiões dos biomas e do patrimônio biológico e cultural do nosso país, embora encontrem-se ainda na invisibilidade, silenciados por pressões econômicas, fundiárias, processos de discriminação e exclusão social.

O seminário proposto contribuirá com a visibilidade dos Povos de Matriz Africana, além de discutir a sustentabilidade e organização dos Povos Tradicionais de Terreiro, que ao longo da história foram e são discriminados e violentados, com as constantes agressões aos seus espaços sagrados e à sua liberdade de culto e crença.

Assim, solicito o apoio dos (as) nobres parlamentares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, de de 2018.

Deputada **ERIKA KOKAY PT/DF**



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA